

ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL COMO CONSEQUÊNCIA DO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO AÇU

Melissa Sabrina Barbalho da Silva; Albeysa Carla Gonçalves Pinheiro; Zilfran Varela Fontenele

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN, sabrinabarbalho1@hotmail.com;

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN, albeysacarla@gmail.com;

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN, zilfran@hotmail.com

Resumo

Este artigo se resulta de um projeto de pesquisa de alunos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu, voltado a análise das consequências econômicas, sociais e culturais do avanço do agronegócio na Vale do Açu para pequenos e médios proprietários, camponeses e agricultores familiares que, impedidos por vários fatores de permanecer em suas terras, tiveram que se desfazer de suas propriedades, através da venda, sendo essas terras muitas vezes compradas por grandes empresas do agronegócio, tanto nacionais como multinacionais, especialmente nos municípios de Assu, Ipanguaçu e Itajá. O processo de concentração fundiária ocasionou amplas mudanças na realidade regional, de forma que as organizações econômicas e sociais das cidades analisadas foram totalmente modificadas pela entrada do agronegócio, tendo assim como objetivo da pesquisa, produzir conhecimentos sobre a realidade a que camponeses, pequenos proprietários e agricultores familiares passaram a enfrentar após se desfazer de suas terras ante o avanço do agronegócio na região. Como metodologia adotamos uma abordagem qualitativa, utilizamos pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas, cuja análise nos permite observar e compreender as consequências do avanço do agronegócio na região para os atores sociais locais, permitindo ainda que o produto dessas sejam utilizados para a mudança e a análise de sua própria realidade.

Palavras-chave: Agronegócio, latifúndio, agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada por intensas transformações no mundo ocidental em geral, que se refletiram no Brasil, e acabaram por influenciar políticas governamentais de forte impacto para todo o país. Neste sentido, foram introduzidas modificações na economia nacional, voltadas para uma mais eficiente inserção do país na dinâmica econômica mundial, especialmente no Período Militar (1964-1985).

Uma destas medidas foi a iniciativa de implantar a chamada “Revolução Verde” na região Nordeste. Segundo Albano (2005), a Revolução Verde teve início na década de 1950, em um movimento que seguiu tendências internacionais estabelecidas como desdobramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e se caracterizou pelo o uso de novas práticas agrícolas, responsável por profundas mudanças na produção agropecuária.

As transformações visavam fortalecer um capitalismo que disputava a hegemonia do mundo com o modelo socialista. É importante salientar que essas práticas que amplamente difundidas eram extremamente prejudiciais para o meio ambiente, não respeitando o equilíbrio ecológico, através do incentivo à pesquisa e utilização de produtos químicos como adubos,

defensivos e controladores de pragas. Foram adotadas e incentivadas ainda, em escala global, a prática da monocultura, uso de novas tecnologias e de maquinário pesado, sem preocupação com a desestabilização dos sistemas do solo e da água. Estas práticas foram incentivadas pelo Banco Mundial, que forneceu créditos e capitais abundantes ao Estado Brasileiro, que os utilizou não só para financiar internamente a compra de tratores e outros bens de capital produzidos pelas empresas multinacionais, mas também para incentivar a produção e o beneficiamento de produtos primários ampliando a exportação de produtos como óleos vegetais, soja, carnes de aves e bovinos, sucos e frutas. (MAZZALI, 2000).

Foi neste contexto de modernização, implementado pelos governos militares (1964-1985), especialmente através do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, na segunda metade da década de 1970, que foi iniciada construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que fazia parte do Projeto Baixo – Açu, inaugurada em 1983. Esta e outras políticas públicas do período foram direcionadas para viabilizar a implantação da chamada “Revolução Verde” na região Nordeste, ou seja, o processo de Modernização da Agricultura no Nordeste, especialmente no vale do Açu. (ALBANO, 2005).

A inauguração da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (1983), sendo foi percussora de um novo modelo de produção na microrregião Açuiense. A possibilidade de abundância de água fez com que muitas empresas viessem a se fixar no vale, tanto nacionais, como multinacionais. As terras que recebiam água da barragem, especialmente as zonas rurais dos municípios de Assu, Itajá, São Rafael, Ipanguaçu e Carnaubais, passaram a ser valorizadas, não somente graças ao potencial de irrigação, mas também da fertilidade de sua terra de várzea e a sua localização, entre os polos de Natal e Fortaleza, favorecendo o comércio com as grandes cidades e a exportação. (ALBANO, 2005)

A partir desse momento é que, dar-se-á a difusão progressiva da agricultura moderna na subzona do Açu, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Assu, Ipanguaçu e Carnaubais (SILVA, 1997, p. 27). Entre as empresas nacionais e multinacionais instaladas na região, podemos citar FINOBRASA, Itapetinga Agroindustrial e, na década de 1990, a francesa *Del Monte Fresh Produce*.

A implantação e as práticas destas empresas essas receberam total apoio por parte dos governos federal, estadual e municipais, sob a justificativa da modernização, progresso e geração de empregos, rendas e aumento na arrecadação de tributos. Estes incentivos não chegaram a pequenos e médios produtores e muito menos a camponeses e agricultores familiares locais.

Logo, instaurou-se uma grande pressão sobre estes pequenos e médios produtores, agricultores e camponeses. Sem estímulos ou apoios públicos, desvalorizados, desrespeitados e esquecidos pelos governantes, além de incapazes de fazer frente a alta competitividade das grandes empresas, muitos se viram obrigados a se desfazer de suas terras, muitas vezes por valores irrisórios, que não contemplavam as suas necessidades e não atingiam os reais valores que seriam justos para a negociação de terras na região.

O nosso objeto de pesquisa se reverte fundamentalmente do elemento humano, orientando-o a uma abordagem qualitativa para a interpretação dos dados em nossa pesquisa, pois é um estudo da "vida diária" (BRAGA, 1988).

METODOLOGIA

O início de nossa pesquisa passa por um levantamento de referências bibliográficas com foco no tema do avanço agrário no Brasil, agricultura familiar e, em especial na microrregião do Vale do Assu e dos camponeses que aqui residem. Buscamos ainda referências ricas em informações sobre a História Local e Regional, e o que colaborou para que o avanço do agronegócio tenha sido intenso na localidade, como também o que isso trouxe de benefícios e malefícios.

Em seguida, buscamos a identificação por meio de pesquisa na região de pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses que se desfizeram de suas terras, ante o avanço do agronegócio na região. Afim de compreender a nova realidade em que se inseriram, adotamos o método de entrevista semiestruturada por áudio como uma das fontes de pesquisa para elaboração dos relatos que usaremos como subsídios para nosso trabalho.

As atividades de campo, conforme Laplantine (2004) e Minayo (1992), são cruciais para a realização da nossa pesquisa, pois segundo Herskovits (1963) tratar com o povo que vai se estudar, escutar as conversas, visitar as habitações, observar os rituais, entender os comportamentos do dia-dia, interrogar sobre as tradições locais, são questões necessárias para atingir uma visão em conjunto, e um conhecimento dos modos de vida de maneira direta. A pesquisa é caracterizada ainda por uma inclusão à realidade dos camponeses, afim de buscar uma melhor compreensão e construção histórica dos fatores que os levaram a vender suas terras, e assim a desistir de permanecer com suas práticas tradicionais e analisar para onde foram e de que forma passaram a viver.

Em seguida, faremos uma análise qualitativa (MINAYO, 1992) do material produzindo, buscando estabelecer categorias de análise que nos permitam registrar a situação dessas pessoas após deixarem suas terras, suas condições e perspectivas de sobrevivência.

RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÕES

Com a chegada de grandes empresas ligadas ao agronegócio na microrregião do Vale do Assu, pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses passaram a sofrer com a pressão das empresas, especialmente as multinacionais, já que suas práticas produtivas não lhes permitiam competir com o agronegócio. Segundo Shiva (2003), a produção dos agricultores tradicionais baseia-se no sistema de rotação de culturas, na diversidade de cereais e legumes. Já as empresas ligadas ao agronegócio que chegaram à região, seguindo o modelo da Revolução Verde, praticavam a monocultura, utilizando controle de pragas, insumos e fertilizantes químicos e sementes alteradas geneticamente, todos considerados altamente prejudiciais para o solo.

Constatamos, portanto que a construção da barragem de Açú e a posterior vinda de empresas agrícolas para o município trouxeram alterações substanciais para o mercado de terras da região, intensificando em muito a concentração fundiária, com a vinda das empresas agrícolas, e alterando a produção agrícola do município, com a emergência da fruticultura irrigada mais particularmente a da manga e da banana, e com a queda da produção dos produtos tradicionais que eram bastantes cultivados como a batata-doce. (ALBANO, 2008, p. 136).

Neste sentido, a francesa *Del Monte Fresh Produce*, pode ser considerada uma das mais evasivas, especialmente em questões culturais, econômicas, sociais e ambientais, pois desde a sua chegada, adotou um modelo produtivo totalmente diverso do tradicionalmente adotado na região pelos agricultores e produtores locais. Além disto, adotou formas de produção extremamente agressivas para a região e para o ambiente, demonstrando descuido e descompromisso com a região, deixando claro a inexistência de laços afetivos com a terra, que possuía importância estritamente econômica, e só lhe serviria enquanto lhe desse lucro.

O latifúndio voltado para o agronegócio e sua produção em larga escala ganhou, portanto, a atenção e o apoio dos poderes públicos. Já pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses foram deixados de lado, reforçando uma marca da questão agrária nacional, a qual é formada por uma desigualdade, tanto na obtenção de terra como no trabalho.

A pressão das grandes empresas, a falta de apoio e a incapacidade de concorrer com o agronegócio, obrigaram a grande maioria de pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses a se desfazer de suas terras, que foram incorporadas aos latifúndios. Alguns destes

foram absolvidos como mão de obra barata, e outros se foram, tendo como uma das consequências o êxodo, que não foi caracterizado pela procura de melhorias e sim pela falta de alternativas.

Diante da falta de igualdade entre pequenos e grandes produtores, a desistência da vida no campo é um resultado para muitos. Vale ainda salientar, que as condições favoráveis por esses fatores não se caracterizam por acontecimentos instantâneos ou imediatos, e sim por uma construção histórica do país e marcado pelo conservadorismo social e político conforme afirma Carvalho (2010).

A desistência, aqui considerada como um desdobramento das situações postas, que levam pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses a se desfazer de suas terras, em sua grande maioria como dito anteriormente, está relacionada a competitividade com o agronegócio instalado na região, que não possibilita trabalho para todos que antes tinham como sustento sua própria terra.

Diante do exposto, o estudo destas histórias torna-se importante para entender esse processo e suas consequências para estes pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses. O que fazem, qual seu destino a partir do momento em que se desfazem de suas propriedades. Com esta análise voltada para acontecimentos recentes, podemos colaborar para a construção de uma melhor compreensão da realidade local e dar forma a um acervo histórico da região do Vale do Assu, tendo assim a História cumprido a missão de colocar como seu protagonista e dar voz a estes grupos sociais tradicionalmente marginalizados.

A partir do final da década de 1980, surgiram trabalhos relacionados a História Local e Regional, que nem sempre tiveram importância no mundo acadêmico. Isso foi possível graças a Nova História, que foi uma nova concepção metodológica que surgiu na França em 1929.

A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. (...) Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular. (OLIVEIRA, 2003, p. 15).

A partir disso, tornou-se viável analisar conceitos que eram vistos nas academias, inserindo assim à visão dos agentes elaboradores da história, tendo assim um foco para uma nova história problema, deixando de segundo plano as noções tradicionais da narrativa histórica. Sobre isso o historiador Peter Burke relata que nos últimos 30 anos, os historiadores passaram a focar em aspectos que anteriormente não se havia pensado, de certa forma havia um desinteresse do mesmo, isso nos permite ter uma concepção de mudança no estudo da história. (...) O que era previamente

considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural” sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (BURKE, 1992, p. 11).

Desta forma a História Regional e Local se integra como importante campo da historiografia, de modo que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo, pois conforme Fernandes (1995), refletir sobre a realidade local, deixando a narrativa focar em realidades próximas, ao invés de focar em temas distantes e alheios à realidade permite uma melhor compreensão do meio em que estamos inseridos. Ainda segundo o autor, analisar historicamente fatos ocorridos no domínio local é de grande importância para entender a realidade em que se vive, e transitar o conhecimento é primordial para o desenvolvimento de um pensamento crítico local e histórico, e cabe ao historiador transcrever os acontecimentos passados para despertar o interesse e a propagação do saber para toda a população.

Ao estimular o desenvolvimento de pesquisadores que iniciam as suas observações na região e municípios em que residem, a pesquisa abre a possibilidade de criar multiplicadores da História local e regional, favorecendo análises históricas e sócio antropológicas sobre a realidade econômica, social, cultural e os espaços de convívio.

Esta pesquisa nos abre ainda possibilidades de leituras e representações sobre a história de pessoas simples e comuns da região, que se viram obrigadas a abandonar suas terras diante de uma nova ordem que se estabelecia. Permite ainda que sejam promovidas visões diferentes das difundidas oficialmente, ou seja, que a chegada de grandes empreendimentos, obras e empresas de agronegócio não foi um tanto vantajoso para os pequenos proprietários rurais.

A agricultura familiar em si e suas atividades, com evidência na forma de produção cuja convive a seca, fazem parte do patrimônio cultural da região Nordeste. Na maioria dos casos a agricultura familiar, opõe-se à utilização de tecnologias, que apesar de trazer benefício na produção, degradam muitas vezes o meio ambiente, tais tecnologias são utilizadas em grande escala pelas empresas de agronegócio. A atividade agrícola na nossa região, de forma geral não é fácil, apresentado inúmeros obstáculos para sua realização, dando-se a partir a importância de se entender o que levou a camponeses desistirem de sua terra, e de certa forma esse fato afeta o patrimônio cultural local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desse projeto é produzir uma pesquisa social e histórica, que possibilite entender os impactos que grandes empresas do agronegócio tiveram sobre os camponeses da região do Vale do Assu.

Com os conhecimentos acumulados, os pesquisadores têm a intenção de dar voz a segmentos sociais tradicionalmente marginalizados pelas políticas públicas voltadas prioritariamente aos interesses capitalistas, que muitas vezes na busca exclusiva do lucro, provocam impactos nocivos ao meio ambiente e às famílias que residem na região do Vale do Açu.

Assim será possível analisar e mostrar os efeitos da chegada do agronegócio na região do Vale do Assú, identificando as mudanças na configuração social, ambiental, cultural econômica do local, possibilitando a compreensão de que não só camponeses desistentes foram atingidos, mas também de como a população de um modo geral foi afetada, trazendo, com isso, novas características ao vale.

As análises a respeito dessas mudanças farão parte de produções historiográficas que valorizam a História local, permitindo estímulos ao conhecimento e o pensamento crítico nos jovens, conscientizando-os de aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos de sua realidade.

Outro importante resultado é o uso da pesquisa para se constituir um acervo da História local e regional. Com conhecimento a respeito dos processos citados a cima ampliamos as possibilidades de conhecimento histórico e a disseminação de conhecimento sobre grupos sociais normalmente desprivilegiados.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Glaydson Pereira. **Globalização da Agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

BRAGA, Célia Maria Leal. A etnometodologia como recurso metodológico na análise sociológica. **Ci. Cult.** v.40, n.10, p.957-66, out., 1988.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História** – Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A histórica concentração fundiária do Brasil**: Estudo de caso do município de Paulicéia/SP. Paraná: UNIOESTE, 2011.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Agricultura e questão agrária no Brasil** – Condicionantes estruturais da concentração fundiária. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995.

HERSKOVITS, Melville Jean. **Antropologia cultural: o homem e seu trabalho**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem. 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo á organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local**. Feira de Santana/ Salvador, UEFS: ed. Arcádia, 2002.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. Salvador: UNEB, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. Perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Aldenos Gomes da. **Nova Fase do Sindicalismo: Os Trabalhadores do Poló Agroindústria do Açú – RN**. Natal: UFRN, 1997.